

Movimento Nacionalista Democrático

ESTADO DE SÃO PAULO

24 NOV 1987

dirige apelo aos constituintes

O Movimento Nacionalista Democrático — Partido da Mobilização Nacional enviou aos constituintes o seguinte documento assinado por Antônio Carlos Andrada Serpa, Celso Brandt (presidente nacional do Partido de Mobilização Nacional) e Paulo Carvalho (secretário-geral nacional do PMN):

MOVIMENTO NACIONALISTA DEMOCRÁTICO PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Novo apelo aos Senhores Constituintes:

1. Convencidos de que nossos apelos anteriores não frutificaram e conscientes da alta responsabilidade que os senhores vão assumindo perante a Nação brasileira, voltamos a solicitar atenção para questões fundamentais que ainda não encontraram guarida no substitutivo que acaba de ser votado na Comissão de Sistematização.

Estamos convencidos de que o Brasil poderá sair da maior crise de sua história, desde a Independência, em quaisquer dos dois regimes: presidencialista ou parlamentarista.

Entretanto, neste último, somente se o presidente for eleito diretamente pelo povo, puder consultá-lo a níveis de referendo quando for necessário, e tiver autoridade para dissolver o Congresso, convocando novas eleições.

Cumpre considerar, entretanto, que durante a última campanha eleitoral os senhores não submeteram a mudança de regime à consideração dos eleitores, como assunto prioritário.

Cabe a estes, pois, julgarem-se surpreendidos com a decisão que acaba de ser aprovada pela Comissão de Sistematização.

2. Ora, os senhores vão decidindo assuntos da mais alta responsabilidade institucional sem o menor debate prévio com o povo brasileiro.

Máxime quando esses assuntos são da conveniência pessoal dos senhores como de deputados e senadores eleitos, muitos em consequência do equívoco eleitoral que se seguiu à mistificação do Plano Cruzado.

Assim, estão definindo a mudança de regime que multiplica os poderes congressuais, a duração do mandato, optando pelo mandato longo, a forma de voto proporcional e, finalmente, abolindo a consulta direta ao povo, através do referendo, para a ratificação da Constituição votada e para a solução de conflitos entre os poderes constitucionais.

Claro é, pois, que sem quebra da mais elementar ética os senhores não terão condições morais de continuar no exercício dos próprios mandatos, impondo-se portanto a convocação das eleições gerais, logo que seja promulgada a nova Constituição.

Aliás, o que se afigura a todos os brasileiros que acompanham a evolução da coisa pública é o permanente olvido dos graves compromissos assumidos durante a luta contra o regime militar.

Cumpre destronar essas oligarquias políticas, e os partidos e o governo que, herdeiros do regime militar, se adonaram do Brasil, deixando de cumprir as promessas ratificadas em praça pública, em inesquecíveis comícios que mobilizaram multidões.

Há 27 anos o povo não é consultado, para a escolha de seu representante máximo. Há 14 anos o povo, personagem principal da história, assiste mistificado à mais longa transição política entre o regime militar e o atual condomínio do poder, que não resolveu nenhum dos seus problemas, apenas agravou o seu sofrimento, nessa marcha desgovernada para a dependência, a internacionalização e o caos social.

Assuntos que transformarão o Brasil em colônia, como a conversão da dívida externa em capital de risco, as zonas de exportação, a volta da dominação dos banqueiros internacionais, projetos de interesse estrangeiro majoritariamente financiados pelo povo brasileiro, vão sendo decididos em círculos fechados, sem o menor debate público, como se fossem fatos corriqueiros, de competência meramente ministerial, sem que os partidos beneficiários do poder se definam publicamente contra ou a favor.

Diante de tanta incapacidade, criminoso omissão e infrene corrupção, julgamos de nosso dever, em nome do Movimento Nacionalista Democrático, lançado com o apoio do povo curitibano em 25 de novembro de 1983, e do Partido da Mobilização Nacional, no quarto ano de sua existência, voltar às presenças dos senhores constituintes, propondo-lhes o debate no plenário, que agora readquire sua força decisória, dos seguintes assuntos:

a) Reforma agrária: é preciso impedir que se retroceda à situação anterior à emenda nº 10 à Constituição de 1946; o último Decreto-Lei do presidente Sarney derroga o próprio Estatuto da Terra aprovado pelo marechal Castelo Branco. É necessário desapropriar sem demora, sem nenhuma indenização, pela simples reversão ao patrimônio nacional, todas as propriedades adquiri-

das, apossadas, que tenham mais de 50.000ha, permitindo aos proprietários conservarem a posse de 20.000ha se pessoa jurídica, e 10.000ha se pessoa física.

Não há o menor radicalismo nessa proposta; estamos aproveitando, apenas, a sugestão do projeto de Constituição apresentado pela OAB do Rio Grande do Sul no Fórum Pontes de Miranda, em 1981; essas terras foram obtidas, sobretudo, nos últimos dez anos, com absoluto descumprimento do mandato constitucional de audiência ao Senado da República, quando a cessão fosse superior a 1.000ha, nas Constituições anteriores, e a 3.000ha na Constituição dos militares. De acordo com informação atualizada do Incra, há 162 proprietários que detêm terras acima de 100.000ha, perfazendo área total de 363.000km², ou seja, maior que o Estado do Maranhão.

A desapropriação dessas propriedades, de acordo com os princípios acima, permitiria a formação de um novo estoque de terras públicas, para uma condução pacífica da reforma agrária.

b) Subsolo: é necessário estabelecer uma nova política mineral, que democratize a posse do subsolo e os frutos dela decorrentes. O subsolo brasileiro tem de ser devolvido ao povo, às comunidades, aos municípios e aos estados que sobre ele se assentam. Não pode ser doado de presente para outros povos, para outras nações, a pretexto de que não dispomos de recursos para explorá-lo!

E não pode continuar a ser dado de presente para os senhores Antunes, Eliezer Batista e filhos, Dias Leite e filhos, e para outros testas-de-ferro de interesses antipatrióticos. O subsolo é do povo!

Cumpre, pois, aprovar emenda extinguindo todas as concessões feitas pelo DNPM, de pesquisa e lavra, para o estabelecimento de nossa política mineral. Há cerca de 18.000 alvarás de pesquisa e lavra concedidos a grande grupos oligopolistas estrangeiros que dominam no mundo os minerais não-ferrosos. Perfazem área de 480.000 km², ou seja, 5/6 de Minas Gerais ou toda a Região Sul. Acresce que essas empresas se apossaram de todas as áreas promissoras no escudo brasileiro, no escudo guianês e nas províncias estruturais do Tocantins, da Mantiqueira e Borborema. Se qualquer brasileiro descobrir no seu quintal uma mina de cassiterita, pode estar certo de que o descoberto já pertencerá a grande empresa estrangeira ou a seus testas-de-ferro indígenas. Ou seja, o brasileiro, hoje, não é dono nem do subsolo no fundo do seu quintal!

Os minerais são esgotáveis, não dão duas safras, insubstituíveis e irregeneráveis. O interesse das empresas nem sempre coincide com o interesse nacional. O País tem que tirar o maior rendimento econômico dos seus minérios, com o povo dele participando. E o País tem que se interessar pelo destino dos minérios que explora.

Consequência desses postulados, no caso brasileiro, é a exploração dos minerais estratégicos, definidos por lei, apenas por empresas nacionais. E, também, o estabelecimento do monopólio dos minerais nucleares, incluindo o lítio. Não pensem, senhores constituintes, que haja o menor chauvinismo ou xenofobia nessas propostas. Não! Assim tem sido a ação secular dos velhos países europeus, protegendo os seus minérios. E assim têm feito contemporaneamente o Canadá e a Austrália, nacionalizando a exploração desses minérios, sem nenhum protesto, nas últimas décadas. São 300 os minerais básicos e indispensáveis à civilização industrial. Temos a maioria, e o interesse de oligopólio das nações ricas é manter depreciado o preço dessas matérias-primas essenciais.

c) Empresa Nacional: aqui, é imprescindível utilizar como modelo o "American Buying Act" de 3 de março de 1933, visando o fortalecimento do empresariado brasileiro. Os setores dinâmicos da Economia, a química, montadoras, a indústria naval, a informática, precisam ser, entregues a empresariado nacional. E para que esse processo seja iniciado; é necessário definir Empresa Nacional como sendo aquela com pelo menos 70% de capital brasileiro, com tecnologia gerada ou absorvida pelo Brasil, e com sede no País. Além disso, é necessário obrigar o governo, por lei, comprar prioritariamente de empresas verdadeiramente brasileiras. Nossa longa experiência com "empresa organizada no Brasil" exige essa definição essencial.

d) Petróleo: o monopólio tem de ser mantido em todas as suas fases, da perfuração à distribuição, inclusive das graxas e óleos. Os contratos riscos, que ferem diretamente esse monopólio mostraram absolutamente desnecessários e fúteis, simples reservas de mercado para as Irmãs, têm de ser extintos.

e) Comunicações: o monopólio das comunicações, ponto pacífico em todas as Constituições anteriores, não pode ser ameaçado. A comercialização dos serviços de comunicações presta pelo satélite brasileiro BrasilSat, é atribuído Constitucional da Embratel. É portanto atório, ilegal, inconstitucional e impatriótica, a

tiva feita pelo próprio Ministério das Comunicações, no sentido de transferir o controle do satélite para as mãos da Victory e Comunicações — Vicom, empresa privada formada pela Rede Globo, pelo Bradesco e pela Victory International.

f) Natalidade: o Brasil pode suportar uma população muito maior, com os mais elevados padrões alimentares do mundo. Basta mudar o modelo econômico! Em vez disso, as oligarquias políticas, egoístas e esclerosadas no tempo preferem matar a vida no seio das mulheres brasileiras. Temos de ocupar o nosso território, sob pena de perdê-lo, seja para nações que sofrem poderosas pressões demográficas, seja para nações que se empenham em manter desprotegidas as nossas riquezas e recursos minerais. É preciso, pois, acabar com todo o controle oficial da natalidade, respeitando a dignidade da família, permitindo que os brasileiros ocupem o seu país.

g) Empresas estatais: precisamos criar instrumentos jurídicos que permitam à força de trabalho do Brasil adquirir ações das grandes empresas estatais, como patrimônio inalienável das famílias brasileiras, rota da participação e co-gestão dessas empresas; definir que as grandes empresas de energia, siderurgia e comunicações, espinha dorsal da economia brasileira, permaneçam nas mãos do Estado, melhorando pela norma jurídica a sua gestão.

h) Modelo econômico: precisa ser redirecionado para um modelo auto-sustentável, fundamentado na independência energética e tecnológica, na criação de um poderoso empresariado brasileiro espalhado por todos os pontos do território nacional, na exportação apenas dos excedentes, visando ampliar o mercado interno. O modelo de capitalismo dependente que vige desde 1955 chegou a seu termo. Dele só advém para o Brasil os constantes agravos à sua soberania, a dependência, o papel de simples colônia de exportação dos países ricos, com 40 milhões de brasileiros passando fome endêmica. A descentralização do Pró-álcool, por todos os pontos do território nacional, com os produtores vendendo o produto por conta própria, na boca da usina, a preço de mercado, levará para todos os rincões o progresso e o dinamismo, o pleno emprego, a estabilidade da agricultura, o desenvolvimento tecnológico; e servirá de base para a criação de uma poderosa agroindústria energética, com acumulação de capital espalhando-se por todos os pontos do País.

i) Descentralização: a ser implementado em todos os aspectos, criando-se condições, como princípios, para que o povo solucione os seus problemas essenciais nas células municipais.

j) Pequenos partidos: é necessário assegurar liberdade de informações, sobretudo pelo rádio e televisão, para que os pequenos partidos possam levar as suas mensagens ao povo.

k) Sistema Financeiro Internacional: não podemos continuar aceitando, a pretexto da dívida externa, as humilhações e as chantagens internacionais que há mais de 10 anos são diariamente veiculadas pelos meios de comunicação. Cumpremos romper com esse sistema financeiro internacional falido e abjetto, como ato de soberania nacional, criando um sistema cambial independente, que proteja o empresariado verdadeiramente nacional e impeça que os graves problemas econômicos dos países ricos sejam transferidos para o povo brasileiro.

l) Inflação: é preciso lutar contra as verdadeiras causas da inflação, as dívidas interna e externa, e acabar com a desenfreada especulação financeira, que gera fortunas numa noite, destrói o sistema produtivo e transfere rendas e patrimônios amalhados com sofrimento e fome dos brasileiros.

SENHORES CONSTITUINTES!

A hora é grave. As crises econômico-financeiras, a crise moral, se aproxima de nós a um ritmo institucional, cuja única saída está na convocação das eleições gerais.

Cumpre haver governo, austero como com a República, responsável e forte.

É hora de terminar as pequenas combinações e cupulas, a gestão do Brasil como propriedade de amigos convites e lobistas de interesses pessoais antinacionais.

O povo brasileiro merece melhores dirigentes.

Está maduro para conquistar seu lugar ao sol.

Esta missão histórica, nós, do Movimento Nacionalista Democrático e do Partido da Mobilização Nacional, cumprimos, mobilizando esse povo bom e generoso, sofredor e aflito, em torno do pacto social mais justo, e não excludente, sendo como fundamento esse projeto político de libertação nacional.

É a compreensão dos senhores constituintes para a gravidade dessa crise que pedimos: ajudem com sua ação esclarecida no plenário da Constituinte tomando essas decisões de caráter nacional, que libertarão o povo brasileiro da fome, do sofrimento, da espoliação e da injustiça."